

**MODOS DE VER E DEVORAR O OUTRO:  
A AMBIVALÊNCIA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DAS PERIFERIAS**

**MODES OF SEEING AND DEVOURING THE OTHER:  
THE AMBIVALENCE IN MEDIA COVERAGE OF THE PERIPHERIES**

Ada Cristina Machado da Silveira

Resumo – As apropriações do outro na cobertura jornalística são vicárias do projeto moderno, o qual tem na interpretação de Zygmunt Bauman duas faces: (1) a armadilha e (2) a vingança da ambivalência. O artigo analisa a conversão em notícia de acontecimentos ocorridos em periferias como as favelas metropolitanas e as fronteiras internacionais. O enquadramento ambivalente as toma genericamente como um outro marcado pela ânsia de expansão do projeto moderno, o qual tem no imaginário sobre as periferias um caso arquetípico. Observando-se a proposição de Fredric Jameson sobre as transformações do olhar, avaliam-se as coberturas jornalísticas de ambas as periferias segundo a incidência de um olhar colonizado, burocrático ou pós-moderno.

Palavras-chave: ambivalência; jornalismo; periferia; olhar; fronteira; favela

Abstract – The appropriations of the other in media coverage are vicariousness from Modern Project, which found in Zygmunt Bauman's interpretation two faces: (1) the trap and (2) the revenge of ambivalence. The article analyzes the conversion to news of events taking place in peripheries such as metropolitan favelas and international borders. The ambivalent framing takes them generically as one other marked by an eagerness to expand the Modern Project, which has in the imaginings on the peripheries one archetypal case. Observing the proposition of Fredric Jameson on the transformations of the gaze, the media coverage of both peripheries according to the incidence of a colonized, bureaucratic or postmodern look are evaluated.

Key words: ambivalence; journalism; periphery; seeing; borderland; favela

Sempre que sabemos algo sobre nossa própria sociedade, ou ainda sobre o mundo no qual nós vivemos, nós sabemos através dos meios de comunicação de massa.  
Niklas Luhmann (2000: 1)

**Periferia e expansão do projeto moderno**

O trabalho de conversão em notícia de acontecimentos ocorridos em periferias é objeto de análise neste artigo. No panóptico disposto pelo olhar da noticiabilidade jornalística, fronteiras e favelas são territórios ambíguos. O assujeitamento de suas perspectivas descreve características que podem ser comutadas entre si, visto que se repete um enquadramento ambivalente. Seria ele, como preconiza Mauro Wolf (1989)

resultante dos valores e de uma cultura profissional estabelecidos segundo uma dada organização do trabalho?<sup>1</sup> Prefere-se adotar inicialmente uma abordagem da noticiabilidade estritamente enquanto conjunto de protocolos que assemelham ocorrências muito diferentes e que extrapolam a cultura profissional, apostando no fenômeno da ambigüidade.

O vigor e a autonomia que os idiomas modernos ocidentais herdaram do Latim têm no primado de expressão sem ambigüidade aspectos que o regime burocrático romano havia consagrado no direito, regulamentando a política e a vida pública. Ao preceito de mesmidade na escritura das leis suceder-se-ia a identidade de entendimento e de aplicação da norma jurídica a todos os cidadãos buscando uma permanência no tempo quanto à aceitabilidade de regras.

Na modernidade se estabelece plenamente a tarefa da expressão sem ambigüidade. A pretensão cartesiana das idéias claras e distintas irradia sua influência no sentido de educar os cidadãos para a observação de preceitos que, na cultura de massa, culminariam na homogeneização. O positivismo se encarregaria de difundir a correspondência entre os termos e conceitos e sua assunção pelo jornalismo estabelece o permanente confronto da objetividade contra a ambigüidade. Vale a pena destacar o registro de Zygmunt Bauman a respeito:

Os governantes modernos e os filósofos modernos foram primeiro e antes de mais nada legisladores; eles descobriram o caos e se puseram a domá-lo e substituí-lo pela ordem. [...]

Assegurar a supremacia para uma ordem projetada, artificial, é uma tarefa de duas pontas. Requer unidade e integridade do reino e segurança das fronteiras. Os dois lados da tarefa convergem para um esforço único – o de separar “dentro” e “fora”. [...]

No reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos, sancionar os poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados, preenchendo assim as “brechas da lei”. No reino intelectual, expurgar a ambivalência significa acima de tudo deslegitimar todos os campos de conhecimento filosoficamente incontrolados ou incontroláveis (Bauman, 1999: 32-3).

A demonologia gerada pela ânsia de expansão do projeto moderno sobre as estruturas coloniais tem no imaginário sobre as periferias um caso arquetípico de análise.

As fronteiras internacionais brasileiras e as favelas metropolitanas são sociedades de formação recente, estrutura instável, compostas de migrantes, apátridas e excluídos em diversos sentidos. Mas se as semelhanças ficam estabelecidas imaginariamente na instabilidade de seu caráter, para suas sociedades a dinâmica própria ao aspecto transitório (de ipseidade) não tem sido apreendida. Enquanto suas sociedades de fronteira são classificadas como especiais, posto que não podem ser enquadradas nem como espaço urbano pleno nem como espaço rural, as favelas estão incrustadas no espaço urbano sem usufruir de suas infra-estruturas e garantias cidadãs.

A cobertura jornalística sobre periferias possui uma fixidez que se manifesta nas matérias sobre o tema e as aproxima de uma noção de *mesmidade* da identidade dessas periferias. Distante de compreender o aspecto transitório de uma identidade – sua *ipseidade*, nos termos de Paul Ricouer (1991) – referenda-se reiteradamente o seu *caráter*, sua permanência ou adequação a um imaginário congelado no tempo. No caso brasileiro, exemplos recorrentes reiteram a compreensão de que está fixada uma mentalidade que estabelece a precedência das ocorrências metropolitanas (ou litorâneas), sobre as interioranas, sertanejas – próprias do imenso *hinterland* brasileiro-, ou fronteiriças.

### **A periferia como refúgio da ambivalência**

O estudo da cobertura da mídia impressa no tema das fronteiras internacionais brasileiras reitera o condicionamento da atitude profissional que reproduz um noticiário viciado em torno de alguns elementos recorrentes: *violência urbana e rural* (assaltos, assassinatos, perseguição política a cidadãos de países vizinhos em território brasileiro); *terrorismo* (vínculos com grupos terroristas islâmicos e colombianos); *exclusão social* (imigrantes e trabalhadores estrangeiros sem documentos e/ou direitos legais, clandestinidade,

---

1 Para Mauro Wolf: “A noticiabilidade é constituída pelo complexo de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas –, para adquirirem a existência pública de notícia. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é “excluído”, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional” (Wolf, 1989: 168).

pobreza) e *contravenções legais* (sementes transgênicas, alimentos, roupas e eletro-eletrônicos, abigeato, tráfico sexual, armas e drogas).

Grande parte destes problemas reitera-se na crônica de favelas metropolitanas: *violência urbana* (assaltos, assassinatos, latrocínio); *tráfico de drogas e de armas* (vínculos com o crime organizado e quadrilhas internacionais); *exclusão social* (imigrantes estrangeiros e trabalhadores de outras regiões brasileiras, déficit de cidadania, pobreza) e *contravenções legais* (prostituição de menores, venda de eletro-eletrônicos sem nota fiscal, distribuição de armas, drogas, cópias piratas de softwares e de material audiovisual).

São os acontecimentos sobre descaminhos, título jurídico genérico para os crimes contra a ordem tributária, que mais incidem sobre os critérios de seleção de notícias, tomando os espaços periféricos como periferia particular do Estado-nação. Uma atividade que traz sensíveis repercussões em termos de política de identidade e repercute na formação de uma identidade deteriorada dos espaços nacionais.<sup>2</sup>

Assim, a categoria de descaminho engloba atividades consideradas ilícitas e passíveis de imputação legal aplicáveis aos importadores em larga escala, comerciantes de todo tipo ou sacoleiros que suportam sob o vigor físico de seu próprio corpo mercadorias que depois serão distribuídas em centros urbanos muitos quilômetros distantes. Enquanto isto, os habitantes dos espaços urbanos especiais que se constituem as cidades-gêmeas presentes nas fronteiras internacionais do Brasil reduzem-se a testemunhas coniventes com o desvio da ordem tendo-se em conta os modos de ver com os quais se produz a ascrição de origem a acontecimentos ocorridos em espaços periféricos, mas cuja autoria e irradiação extrapolam esses lugares.

Para compreender as complexas redes simbólicas que agem nas fronteiras internacionais faz-se necessário divisar o quanto essas áreas são especiais. Num primeiro momento, tem-se a tendência de classificar a região como, de certa maneira, independente da lógica institucional por possuir uma lógica orgânica particular; no entanto, partindo do princípio de que na verdade elas não são tão independentes assim, verifica-se a situação de duplo ou triplo pertencimento nacional, como é o caso de *Foz do Iguaçu* (BR), divisa com *Puerto Iguazu* (AR) e *Ciudad del Este* (PY). A condição excepcional (somente a China supera o Brasil em número de tríplexes fronteiras) expõe a sociedade fronteiriça à noticiabilidade determinada pelos protocolos e estratégias desenvolvidos pelo jornalismo internacional.

Assim convertidas em outro, fronteiras e favelas estão à mercê de apropriações jornalísticas que se fazem vicárias do projeto moderno e encontram, na interpretação de Zygmunt Bauman, duas faces: (1) a armadilha e (2) a vingança da ambivalência. Expõem-se a seguir suas implicações para a noticiabilidade jornalística com vistas a chegar a uma compreensão sobre como sua atividade de cobertura atua enquanto intérprete que confere um caráter rígido à mesmidade periférica.

### **Apropriações do outro: modos de ver e devorar**

Apresenta-se inicialmente a capa de *Época* (n. 460) com a manchete “Terroristas islâmicos estão escondidos no Brasil? *Época* investigou as controvertidas acusações do governo americano”. A edição tem a chamada que destaca: “A tríplex Fronteira é o ponto de entrada de contrabando, pirataria, armas e drogas”.

Na situação das favelas, a cobertura sobre o tráfico de drogas expõe a todos seus habitantes, conforme se avalia do exemplo da matéria especial intitulada “O Estado prisioneiro. Os métodos. O PCC tem o desenho estrutural da Cosa Nostra. Ainda não é uma máfia, mas ganha força graças à inaptidão oficial”, (*CartaCapital*, n. 394: 16-7). É a situação em que a favela está incrustada na malha urbana, não apresentando descontinuidade entre centro urbano e periferia, antes mesclando-os. Entretanto, mais que sucumbir a complexidade social sob os aspectos noticiados, a discursividade promove a ambivalência entre atos ilícitos de facções e a ordem legal proclamada num dado lugar. Ultimamente, a ambivalência alcançou o confronto entre criminosos e militares conforme a revista *Veja* (n.2066: 136-138) apontou na matéria intitulada “E quanto aos bandidos de farda?” com a chamada “Uso político das Forças Armadas acaba em tragédia com três mortos em favela do Rio. Os militares envolvidos foram presos, mas é preciso capturar também os criminosos que trucidaram os jovens”.

Os exemplos apresentados referendam a perspectiva colonial e sartreana das periferias brasileiras. Faz-se assim necessário apontar o que há de negativo na ambivalência pela perspectiva de imprimir um olhar colonial ou colonizante à realidade social, disseminado em amplas tiragens de semanários brasileiros e estrangeiros.

---

<sup>2</sup> Os crimes de descaminho consistem em não recolher tributos e taxas advindas de uma operação de importação ou exportação. Já o contrabando apresenta especificidades penais pela venda de produtos proibidos como armas ou drogas.

É nestes termos que a nação e seus acontecimentos mantêm-se imobilizada sob o olhar colonial ou colonizante que Fredric Jameson (1995) recolheria de Sartre. O olhar se apresenta como a fonte prototípica da dominação. No olhar e seus modos de ver a *objetivação se apresenta como um ato de dominação*. O jornalismo que preconiza a objetividade em seus relatos tem que enfrentar a crítica de que a visibilidade é tomada como uma forma de colonização, especialmente tendo em vista que, ao que se chamava Terceiro Mundo não é oferecida oportunidade de apropriação, já que a Europa se propõe como o lugar do universal. Ao olhar que tudo petrifica, recupera-se a mirada introjetada do colonizador europeu e a discursividade jornalística consagra-se na captura do outro objetivado.

Trata-se do que as pesquisas anteriores avaliam como casos exemplares da cobertura de territórios sem diálogo, seja ele da sociedade com seus problemas ou da sociedade com suas autoridades, seja da mídia com a sociedade. O veredito de violência já está estabelecido para acontecimentos atravessados pela perspectiva periférica, contém notoriedade e faz-se passível de noticiabilidade obrigatoriamente.

E por que se aponta para o problema da alteridade na cobertura de periferias? Por uma relação muito simples, que consiste em reconhecer o chamado lugar de fala, o qual se estabelece como o ponto desde o qual um enunciador se localiza. Fez-se trivial constatar que a cobertura jornalística reitera os pares de oposição complementar: capital x interior, metrópole x fronteira, litoral x sertão, re-colocando continuamente a relação centro-periferia. As redações jornalísticas ao manipularem continuamente tais pares evidenciam a opacidade de seu próprio posicionamento, o qual se afirma evidentemente desde um lugar que é central, pois o cânone de abrangência de um fato é contemplado pela maioria dos jornalistas. Os profissionais, no entanto, desdenham de processos interpretantes fundamentais que lhes proporcionariam identificar dinâmicas conceituais que sustentam a representação de um objeto de comunicação e suas possíveis transformações. Uma crítica que se aplica especialmente às noções vigentes quanto à mística que envolve o imaginário do Estado-nação. Por essas vias firma-se o preceito de que os acontecimentos periféricos projetados pela ação midiática assumem a condição de alegoria nacional nos termos de Jameson (1995).

Nossa cultura jornalística se ressentida da tradição autoritária, da censura de regimes políticos e de instituições religiosas, de tecnologias de vigilância introjetadas no cotidiano profissional, a par de confrontos ideológicos. Alguns dos aspectos mencionados são assumidos; outros, nem tanto. Faz-se pertinente recordar o que Bauman (1999: 185) aponta: “Traçar claras linhas divisórias entre o normal e o anormal, o ordenado e o caótico, o sadio e o doentio, o racional e o louco é tarefa do poder. Traçar essas linhas é dominar; é a dominação que usa as máscaras da norma ou da saúde, que ora aparece como razão, ora como sanidade, ora como a lei e a ordem.” Seria um modo de devorar?

### **Quando a ambivalência é uma armadilha: comparando interpretações silentes**

Devorações do outro supõem vários modos de olhar. Ademais do olhar colonizante, um outro olhar mais aperfeiçoado se impôs. Jameson (1995) aponta a emergência nos anos 70 do olhar burocrático ou foucaultiano. É quando o olhar se combina com o saber, tornando-se um instrumento de medição. A reificação obtida com a mensuração do outro e seu mundo pelo olhar burocrático conduz à negação da alteridade, à negação da diferença de visibilidade. Perfilam-se a *disciplina, o controle e a dominação*.

É difícil não relacionar certa prática jornalística com o momento burocrático. Ao alinhar-se tão rigidamente com a perspectiva que o poder instituído constrói e ponderando sobre os modos de ver, sugere-se que o jornalismo está se apropriando de uma tarefa do poder ao construir juízos através da noticiabilidade. É desta forma que outras coberturas de revistas semanais apresentam-se pertinentes ao afetar a um dos mais caros tesouros da nação brasileira e fonte permanente de preocupações internacionais: a Amazônia.

Uma análise sistemática de *Época* e *IstoÉ* em abril de 2008 expõe o tema. Três linhas de interpretação podem sintetizar a abordagem construída por ambas as revistas. Na primeira, a *Amazônia* é apresentada *como fronteira* e são evidenciados os problemas relativos à ausência do Estado naquela região. As matérias enfocam os temas de queimada, desmatamento, tráfico de madeiras nobres, narcotráfico, guerrilhas, indígenas e disputa por terras. A segunda consiste em focar a *diplomacia entre os países*. Trata-se de notas que apresentam as relações em termos de rivalidades, competições financeiras, desentendimentos políticos e disputa pela hegemonia nas fronteiras. Mesmo quando o conflito não é a principal informação, a temática é fomentada indiretamente. As matérias categorizadas expressamente como *fronteiras territoriais*, terceira possibilidade de abordagem, são quase inexistentes. Seus registros, quando ocorrem, seguem a mesma linha das demais: conflito, tensão, desordem, abandono.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Enquanto nas revistas semanais *Veja*, *IstoÉ* e *Época* se encontra farta cobertura o semanário *CartaCapital* nas edições de 2006-8 não dedicou atenção a ocorrências das fronteiras internacionais do Brasil. A opção

Extrapolando-se a análise para outros meses, na revista *Época* há exemplos como: “Tensão entre índios e agricultores” (n. 516); “A guerra do arroz na Serra do Sol” (n. 521); “Terra em disputa” (n. 537). Assim também em *IstoÉ*: “As fotos secretas da guerrilha” (n. 2007); “Pé de guerra” (n. 2026); “Soberania nacional em RISCO” (n. 2026).

Independentemente de sua categorização, em todas elas reforça-se um imaginário de que nessas localidades não há modo de vida pacífico e organizado. O cunho alarmista adotado reflete um imaginário de alerta, para o qual as fronteiras teriam a incumbência de acionar um alarme a cada eminência de problema para a nacionalidade.

Trata-se de um jornalismo com pouca iniciativa frente a um debate diferenciado sobre as fronteiras. São matérias factuais, sem contextualização, numa abordagem superficial do tema, tendo em vista a importância que ele apresenta. As matérias simplificam a interpretação de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando, dessa forma, a imagem estigmatizada da região fronteiriça. Em que pese haver convergências culturais importantes das fronteiras, descuida-se de referências específicas, sua educação, saúde ou o modo como vivem.<sup>4</sup>

Recordando Foucault ao discorrer sobre a cerimônia do exame (médico, sala de aula), a qual captura o indivíduo num mecanismo de objetivação, flagra-se a perspectiva que enquadra os exemplos extraídos das revistas *Época e IstoÉ*. A arraigada tendência da cultura política brasileira de desprezo ao periférico é assim reproduzida no cotidiano jornalístico. Sobrevém a constatação de que os enfoques negativos seriam inerentes à atividade jornalística, a qual se pauta em que a cobertura de acontecimentos ocorridos nas fronteiras internacionais do Brasil reflete que o que ali efetivamente ocorre sem ponderar no que isso se agrega a um imaginário predatório à memória e ao patrimônio multicultural. Não se faz pertinente ponderar se esse contexto opera contra a integração cultural e econômica ou se ele fraudava expectativas cidadãs de terem sua visibilidade respeitada.

E é neste sentido que, ao repetir-se *ad nauseam* um enquadramento de periferias distintas a partir de referências identificantes comuns, produz-se uma narrativa falaciosa, conforme se retomará nos próximos parágrafos. Impõe-se às periferias um sobre-esforço de argumentação em favor de suas diferenças ao repetir-se a mesma estrutura diversas vezes. Frente à hipótese de tratar-se de uma técnica de vencer pelo cansaço e esgotar disposições contrárias de forma a afirmar uma pretensão de verdade, a inconsistência acaba por manifestar-se. Ainda que aparentemente válidos, eles não deixam de ser falsos e ineficazes ao produzir coberturas jornalísticas inconsistentes. Fixa-se a força persuasiva de uma sociedade paralisada por suas próprias contradições e ambigüidades, as quais resultam em vetores de violência.

As transformações no trajeto do olhar encaminham Jameson a falar de cegueira do centro ao aludir a um terceiro momento que seria o da pós-modernidade. Nele os meios de comunicação são tomados como uma tecnologia de função epistemológica. Assim, dar a conhecer o que se passa nas fronteiras brasileiras seria tomado didaticamente como atribuição midiática e a prática jornalística alinha-se com um exercício de poder.

A manchete a seguir expõe o padrão de reconhecimento a que se pode submeter uma sociedade periférica independentemente de ser ela uma favela ou uma fronteira: “Quem não traficou um dia vai traficar” (*Época*, n.514). A ipseidade posta na identidade do sujeito reconhecível pela manchete (o Quem da ação) afeta a todos e a cada dos habitantes periféricos e de casos particulares extrapola-se para o geral. O tom judicativo promove uma condenação sem volta e converte o sujeito em objeto, autorizando inclusive a comutação: “O que não traficou um dia vai traficar”. Provocação, interpelação reflexiva ou arrogância? Eis aí um jogo de esconde-esconde que produz o *non sense* da cobertura jornalística.

O que se quer apontar não é apenas um esgotamento da prática jornalística, mas a falta de poder das sociedades periféricas sobre a narrativa jornalística, de sua distância para com o cotidiano da prática profissional ou distância de seus profissionais para com a vida na periferia. Julgadas à revelia por sua desatualização frente à modernização ordenadora, de vítimas do atraso passam à imputação de réus da criminalidade. Seria o caso de indagar se a prática jornalística teria motivação basicamente emocional, contrariando a modernidade que preconiza a racionalidade lógica. Situação que confunde a ambas culturas – a profissional e a da sociedade periférica – na mesma situação de enclave considerado área atrasada onde eficiência e racionalização visual não penetraram.

---

editorial refletiria uma opção por segmento de público metropolitano ou uma adequação particular dos critérios de noticiabilidade a sua opção ideológica e cultura profissional?

<sup>4</sup> Colaborou nesta fase da investigação a bolsista PIBIC-CNPq Tabita Strassburger, do curso de Comunicação Social – Jornalismo (UFSM).

As revistas semanais de circulação nacional não conhecem maiores condicionamentos que as determinem operar num nível de adequação às particularidades periféricas seja da nação (sociedade fronteiriça) seja de suas metrópoles (sociedades de favelados). Ou seja, sua produção está padronizada para um "leitor médio" que não é conhecido nem valorizado em suas particularidades, mas no que tem em comum com outros leitores situados em distintos ambientes urbanos do Brasil. Exceção é feita quando se trata da cobertura de manifestações ditas culturais. E é em reação a culturas profissionais elitizadas, conforme comentam Ramos e Paiva (2007: 78), que a sociedade lê a mídia como incorporando uma atitude vinculada ao poder.

Referindo-se ainda às condições postas pela modernidade, Bauman (1999: 185) sustentaria que "O poder é uma luta contra a ambivalência. O medo da ambivalência nasce do poder: é o horror (premonição) que o poder tem da derrota." O que significa a derrota para o poder?

### **Quando a ambivalência é um ato de vingança: o refúgio dos diferentes**

Na vingança da ambivalência Bauman (1999: 190) diz que "ela não é para ser lamentada, mas para ser celebrada", já que é o limite de poder dos poderosos. Se é certo que na ambivalência vivem as populações periféricas, isso não tem atrativo para grande parte do noticiário. Entretanto, uma prática se faz documentar e tem seu oposto dialético nos exemplos a seguir, exceções que consistem de matérias enquadradas em *fait divers* ou mesmo na economia da cultura.

Trata-se das seções Especial e Plural de *CartaCapital*, as quais trabalham sistematicamente com matérias que podem ser analisadas pelo terceiro momento na teoria da imagem proposto por Jameson (1995) conforme já se referiu. No momento da pós-modernidade a distância com a cultura de imagens desaparece e a sociedade nelas submerge. Apresenta-se uma estetização e visualização mais completas da realidade. A reflexividade de obras *high tech* a respeito das tecnologias de informação estão em meio a uma superabundância de imagens naturalizante.

Da primeira seção da revista é a matéria "O hip-hop sobrevive. Periferia Latina. Como as redes organizadas em torno da cultura do rap geram emprego e renda em comunidades pobres da Argentina, da Colômbia e de grandes cidades brasileiras" (*CartaCapital*, n. 464: 10-15).

Da segunda editoria provém a matéria intitulada "Greve de sexo na periferia" com a chamada "Teatro. A Lisístrata de Aristófanes viaja da Grécia Antiga à atual guerra civil brasileira" (*CartaCapital*, n. 414: 54-5). Abordando a relação da diretora teatral com o escritor da periferia há o destaque a esta fala: "Ferréz bateu pé, e consegui demonstrar a ela como por vezes a periferia se sente espoliada pelo que entende por estratégias dissimuladas para lucrar à sua custa". O registro do que se tem como uma voz genuína da periferia não denota apreciação valorativa. Sem afetação, ignoram-se valores atribuíveis a certo "gosto classe média".

Jameson considera que sustentar as diferenças, afirmar identidades é um assunto delicado e a solução é fazê-lo de forma abstrata como um *slogan* ou um valor do universal. Mas, ao mesmo tempo, a celebração pluralista das diferenças é apreciada. As diferenças concretas levam o teórico a ser estigmatizado imediatamente de racista e tomado como separatista. É neste contexto que o Novo Jornalismo se perfila como uma das variantes existentes e que, provavelmente, serve de inspiração para o padrão de matérias em referência. Outro exemplo é a matéria intitulada "A indústria das ruas" com a chamada "Economia da cultura. As periferias criam novos modelos de venda de música e cinema". Nela se registra:

Na Nigéria, África Ocidental, a indústria cinematográfica denominada "Nollywood" produziu 1.200 filmes em 2004, gera cerca de 1 milhão de empregos e mobiliza 200 milhões de dólares anuais. O montante faz do setor a segunda economia local (depois da agricultura, antes do petróleo) e torna a Nigéria a terceira maior indústria de cinema do planeta, através dos Estados Unidos e da Índia. Até pouco tempo atrás, não existia nenhuma sala de cinema no país (*CartaCapital*, n. 439: 58-9).

Em outro semanário há tratamento semelhante:

A hollywood africana. Sem subsídio do governo, a indústria de cinema da Nigéria tem o terceiro maior faturamento do mundo (*Veja*, n. 1971).

O inusitado do tema não deveria surpreender. Reitere-se que Jameson sustenta que a ilusão de uma nova naturalidade surge quando não há distância com a cultura das imagens. A imagem adquire a forma final de reificação como mercadoria e decidir se isto é novidade ou progressão de algo remanescente/reminiscente

à história da humanidade é uma opção política. E assim a periferia se converte em refúgio da exclusão, quando o ato de re-fugir permite tornar-se isento, desobrigado, furtando-se, eximindo-se, esquivando-se dos deveres. Prossegue o autor apropriando-se ao final das palavras de Hartmann e Budick (s.d.):

A ambivalência não é para ser lamentada. Deve ser celebrada. A ambivalência é o limite de poder dos poderosos. Pela mesma razão, é a liberdade daqueles que não tem poder. É graças à ambivalência, a riqueza polissêmica da realidade humana, à coexistência de muitos códigos semióticos e cenários interpretativos, que o “conhecimento associativo do intérprete é investido de poderes notavelmente amplos, incluindo até o privilégio hermenêutico de deixar perguntas figurarem como parte das respostas” (Bauman, 1999: 190).

Apontaram-se algumas situações em que a narrativa jornalística privilegia o viés da inevitabilidade dos conflitos e suas exceções. Trata-se de critérios de noticiabilidade encontráveis nos semanários brasileiros de maior circulação como *Época* (Editora Globo), *Veja* (Editora Abril), *IstoÉ* (Editora Três) e *CartaCapital* (Editora Confiança). Ao noticiar atos de violência culminados sob o manto da proeminência elas expõem o caráter de inegociabilidade de alguns conflitos, paralisando os agentes que sob outras circunstâncias, em outros momentos, agem de outras maneiras, as quais não são captadas pela estrutura de trabalho das redações jornalísticas e nem pelo ponto de vista dos jornalistas.

Chegando ao fim formula-se a questão de como se alcança desambiguar as periferias, uma vez que a naturalização de seus estigmas parece ter chegado a uma situação culminante. O trabalho jornalístico consiste em discriminar através de casos singulares a partir de categorias simples, essenciais e heteronormativas geralmente acolhidas da ação legislativa e também judiciária do Estado e extensivas a toda sociedade na modernidade. No que o jornalismo pode estar implicado ao integrar as engrenagens do poder?

#### **Considerações finais: para desambiguar as periferias**

Para esboçar uma saída, faz-se pertinente observar duas combinatórias apresentadas por Bauman (1999: 168) como antinomias inerentes à modernidade. Trata-se do “sonho da clareza semiótica que revela o mundo como irremediavelmente equívoco” (a) e o “culto da integração que desnuda o desenraizamento” (b). Através delas se perfilam práticas profissionais de noticiabilidade que legitimam discursos tão diversos como aquele sobre o terrorismo numa fronteira internacional (editoria de política) e um outro que problematiza a presença das forças armadas na favela carioca (editoria de polícia). Ambos são enquadrados como cobertura de periferia, considerando-se “a própria “localização dupla” da ambivalência – selecionada como alvo de ataque do projeto moderno mas ainda assim situada no coração mesmo da mentalidade moderna” (Bauman, 1999: 168).

O desejo de clareza semiótica (a) acolhido pelo projeto moderno envolve discernir frente ao desperdício, à má absorção, reconhecendo dejetos e resíduos. Trata-se do caminho que ejeta resíduos das grandes narrativas construtoras da nacionalidade à condição de imagens excrementais que, manipulados pelos difíceis critérios de noticiabilidade, chancelam o enquadramento de situações do cotidiano periférico como refúgio industrial que não condiz com qualquer objeto ou fato que tenha correspondência na realidade empírica e esteja investido apenas do valor de imagem.

Constata-se como o jornalismo assume, ainda que parcialmente, o papel legislativo de discriminar para a sociedade e o papel judiciário de emitir juízos, através de sua ação ordenadora a partir de um discurso situado, blindado por sua localização num centro, um “dentro” que tenta resguardar-se do caos e da violência e que, assim procedendo, cultiva a ilusão de integração preconizada pela modernidade.

Plasma-se na cobertura jornalística das periferias um desarranjo espacial, uma espécie de estranhamento ambiental, face a sua plena territorialidade. Através dele o noticiário sobre periferias se converte numa acumulação de detritos sociais, detendo-se em dejetos resultantes do culto de integração plena responsável, ele sim, pela produção de situações que se fazem residuais. A ilusão resultante dessa ótica excludente promove vieses, ressalta o poder das autoridades, criminaliza a pobreza, discrimina cidadãos, aponta culpados sem julgamento prévio, desqualifica as sociedades em foco, fomenta relações violentas. E, como se não bastasse, atinge o projeto de nação com o qual os brasileiros são educados desde crianças ao compartilhar – ainda que fragmentariamente – o mito da democracia racial, do homem cordial, da abundância da natureza, etc.

A tarefa de desambiguar as periferias implica enfrentar os nós da modernidade estabelecidos em suas ambivalências e que terminam por conceder aos temas fortes para os poderes instituídos – situações de criminalidade, caos e violência – uma condição crítica. Esta, por sua vez, permite à mídia explorar acontecimentos excepcionais – justamente os requeridos pelo caráter inegável de noticiabilidade – com um

trato que acaba por mantê-los num enquadre de refugio industrial ao combinar militarismo, legalismo e criminalização da pobreza.

Ao acompanhar o processo produtivo da indústria cultural observa-se a contaminação do que pode ser atribuído a problemáticas específicas de um tipo de sociedade ordenada contra a integração de uma outra ainda não ordenada (b). Através das lentes postas em macroplanos que se têm como inerentes às periferias nos termos estabelecidos pelo Estado-nação se desenrola um rígido agendamento, desconectado da realidade empírica das populações periféricas, comprometendo a compreensão e rejeitando informações que não conferem com seu auto-reconhecimento.

Como pode ser avaliada a intensidade da presença da ambiguidade na atividade jornalística? Quais são as características culturais que lhe dão consistência e aceitabilidade? Penso que são aspectos que falam do contexto da atividade jornalística e não dela num primeiro momento. Elas falam da história de uma cultura jornalística como prática comunicacional socialmente legitimada.<sup>5</sup>

O contraponto de fronteiras e favelas mostra-se útil para análise do cotidiano da atividade industrial da cultura, incluindo-se o jornalismo nesta prática. Ao conceder à noção de periferia um duplo sentido, ainda que seus habitantes estranhem sua exploração conjugada e ignorando qualquer homonímia, produz-se um efeito de perspectiva e o fundo aparece subitamente distanciado, o que recoloca a falácia da ambiguidade de fronteiras e favelas. Mal comparando a noção de perspectiva trabalhada nas artes plásticas, sua contraposição as coloca antes numa fuga em profundidade que vem a enaltecer o enquadramento proporcionado pelo centro visual.

As manifestações unilaterais provenientes do ambiente jornalístico expõem aspectos da auto-referencialidade que culminam com uma concepção muitas vezes falaciosa das periferias e que permite o seu trato como refugio da vida social, o que se agrava frente ao já apontado por Flusser (2007: 163): “Os objetos deixaram de ser alcançáveis e, por isso, no sentido estrito da palavras, não são mais *objetivos* (*gegenständlich*), mas apenas *fenomênicos*; eles agora somente aparecem, passam a ser visíveis apenas.”

Havendo adotado inicialmente uma abordagem da noticiabilidade enquanto protocolos que terminam por assemelhar ocorrências muito diferentes, frente à proposição Wolf (1989) sobre a precedência da cultura profissional na sua análise, detectaram-se distintos processos de ancoragem que permitem a nomeação e produção de referências identificadoras de periferias diversas, apostando no fenômeno da ambiguidade.

As evidências teóricas apontam para a necessidade de considerar a atividade da mídia como imprescindível na definição de políticas de comunicação e instrumentos que fortaleçam a formação de novas identidades que venham a substituir os antigos vínculos no contexto da globalização. Jameson sustenta que a nação continua no mundo globalizado a constituir o limite político, social e cultural.

Expôs-se assim uma plausível resposta para a pergunta com a qual Luhmann (2000: 122) finaliza seu livro: “Como é possível aceitar uma informação sobre o mundo e sobre a sociedade enquanto informação sobre a realidade quando nós sabemos *como* ela é produzida?”

## Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.

FLUSSER, Vilém (2007). *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac & Naify.

GENRO FILHO, Adelmo (1987). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!.

LUHMANN, Niklas (2000). *The reality of mass media*. Londres: Polity Press.

JAMESON, Fredric (1995). *Espaço e imagem*. Rio de Janeiro: UFRJ.

---

<sup>5</sup> É pertinente recordar que Adelmo Genro Filho entendia o jornalismo “como uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção” (Genro Filho, 1987: 14).



RAMOS, Silvia e PAIVA, Anabela (2007). *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ.

RICOEUR, Paul (1991). *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papirus.

WOLF, Mauro (1989). *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes.

### **Periódicos referidos**

CARTACAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 394, de 24.05.2006.

CARTACAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 414, de 11.10.2006.

CARTACAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 439, de 11.04.2007.

CARTACAPITAL. São Paulo: Ed. Confiança, n. 464, de 03.10.2007.

ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 521, 12.05.2005.

ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 460, 12.03.2007.

ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 516, 07.04.2008.

ÉPOCA. São Paulo: Ed. Globo, n. 537, 01.09.2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2007, 23.04.2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2026, 20.08.2008.

ISTOÉ. São Paulo: Ed. Três, n. 2026, 03.09.2008.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 1971, de 30.08.2006.

VEJA. São Paulo: Ed. Abril, n. 2066, de 25.06.2008.

### **Biografia**

Ada Cristina Machado da Silveira é pesquisadora do CNPq. Jornalista formada pela Unisinos, é mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), *Magister* e Doutora em Jornalismo pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Professora associada da UFSM onde é chefe do Departamento de Ciências da Comunicação. Atua nos programas de pós-graduação de Comunicação e de Extensão Rural da mesma universidade. É coordenadora do GP de Políticas de comunicação e cultura da Intercom.

E-mail: [ada.machado@pq.cnpq.br](mailto:ada.machado@pq.cnpq.br).